

UNIDADE

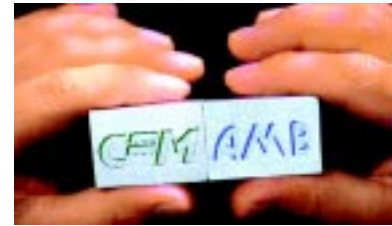
AGENDA COMUM AMB E CFM

Dando seqüência à unidade existente entre a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina, suas diretorias se reuniram no dia 19 de janeiro, na sede da AMB, em São Paulo, buscando o planejamento de ações para 2007. Uma das decisões foi ampliar dois

Foto: César Teixeira



programas já em andamento: o Projeto Diretrizes e o credenciamento de eventos de atualização médica, coordenada pela Comissão Nacional de Acreditação. Além disso, trabalharão em parceria no Programa de Educação Médica Continuada, oferecido a todos os médicos de forma gratuita e à distância. Outro assunto em pauta foi a atualização dos valores da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), por meio de novo convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Também foi elaborado o programa do II Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, realizado de 27 a 29 de setembro, em Salvador (BA).



ENSINO MÉDICO

Em fevereiro, os presidentes da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina, José Luiz Gomes do Amaral e Edson de Oliveira Andrade, discutiram com o ministro da Educação, Fernando Haddad, a abertura indiscriminada de escolas de medicina. Os líderes da classe médica questionaram a autorização para mais quatro cursos de medicina – três em São Paulo e um em Belo Horizonte – no mesmo dia em que o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 147, anunciou novas regras para a abertura de cursos de Direito e Medicina. As entidades médicas também questionaram a designação do CNS – Conselho Nacional de Saúde, na Portaria nº 147, para conferir pareceres a respeito de novos cursos de medicina, em detrimento das entidades médicas nacionais. Por fim, o ministro assumiu o compromisso de incluir a AMB e o CFM nas comissões de avaliação criadas pela referida Portaria.

O MEC, mesmo com posição contrária da AMB, autorizou a abertura de duas novas escolas médicas neste ano: uma na Universidade Evangélica de Anápolis, em Goiás, e outra em Cascavel (PR), na Faculdade Assis Gurgacz. Cada uma oferece 40 vagas. Com isso, já são 175 instituições autorizadas a ensinar Medicina no Brasil. Dada a gravidade da situação, no dia 19 de fevereiro, o presidente da entidade, José Luiz Gomes do Amaral, participou de coletiva de imprensa na Associação Médica do Paraná, para anunciar medidas que impeçam a criação de mais escolas. A AMB protesta ainda por não ter recebido o mesmo tratamento dado à Ordem dos Advogados do Brasil, que, pela Portaria nº 147 do MEC, tem a prerrogativa de manifestar-se



Fotos: Márcio Arruda



sobre novos cursos de Direito, enquanto que na área médica, é o Conselho Nacional de Saúde (CNS) o responsável por autorizar os cursos, excluindo assim as entidades médicas.

NOVOS CURSOS

A AMB participou, no dia 23 de agosto, de audiência pública promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, para discutir os critérios utilizados na abertura de novas faculdades de Medicina. Liderado pelos deputados Ribamar Alves (PSB-MA), Severiano Alves (PDT-BA) e Átila Lira (PSB-PI), o debate analisou o Projeto de Lei 65/2003 do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que visa proibir por dez anos a criação de novos cursos de Medicina e a ampliação das vagas atualmente ofertadas. O representante da AMB na audiência foi Luc Louis Maurice Weckx, enquanto Geraldo Guedes representou o Conselho Federal de Medicina.

DIPLOMAS CUBANOS

Em 18 de janeiro, o governo brasileiro tomou uma decisão que poderá deteriorar ainda mais a qualidade da assistência à saúde brasileira: encaminhou ao Congresso um ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, assinado pelos dois países em setembro último, para a revalidação automática de diplomas cubanos. A AMB e demais entidades médicas nacionais reagiram de imediato, distribuindo para a mídia Nota Oficial contrariando os argumentos do governo para tal decisão.